

Neurociência, Aprendizagem e Inclusão Escolar: Percepções de Professores da Educação Básica em Porto Seguro - BA

Vanusa da Fonseca

Luís Carlos Ferreira de Oliveira

Resumo: O presente artigo apresenta um recorte quantitativo de pesquisa desenvolvida no âmbito do Doutorado em Ciências da Educação, cujo objeto envolve a relação entre Neurociência, aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas na Educação Básica. O objetivo consistiu em analisar, com base em dados quantitativos, as percepções de 250 professores da Educação Básica de Porto Seguro-BA sobre as contribuições dos conhecimentos neurocientíficos para a compreensão da aprendizagem e para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como descritivo, não experimental, transversal e de campo, com abordagem quantitativa neste recorte, a partir das respostas às perguntas fechadas de um questionário aplicado aos docentes. Os resultados evidenciaram que a maioria dos participantes reconhece a contribuição da Neurociência para compreender processos como atenção, memória, emoção e motivação, embora também se observe a presença de lacunas formativas, dificuldades de aplicação prática e fragilidades no apoio institucional. Os dados indicam que a aproximação entre Neurociência e Educação Inclusiva apresenta potencial para qualificar o planejamento pedagógico, desde que acompanhada por formação continuada, recursos acessíveis, mediação docente e articulação entre professores, Atendimento Educacional Especializado e gestão escolar. Conclui-se que os percentuais analisados apontam para uma percepção favorável dos professores em relação à Neurociência, mas revelam que sua incorporação sistemática às práticas inclusivas ainda depende de condições pedagógicas e institucionais mais consistentes.

Palavras-chave: Neurociência. Aprendizagem. Educação Inclusiva. Práticas Pedagógicas. Formação Docente.



Recebido em: março, 2026. Aceito em: junho, 2026

DOI: 10.56069/2676-0428.2026.812

Tessituras do Conhecimento: Ciência, Educação e Sociedade

Julho, 2026, v. 3, n. 40

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Neurociencia, Aprendizaje e Inclusión Escolar: Percepciones de los Profesores de Educación Básica en Porto Seguro – BA

Resumen: Este artículo presenta un extracto cuantitativo de la investigación desarrollada en el marco del Doctorado en Ciencias de la Educación, cuyo objetivo implica la relación entre la neurociencia, el aprendizaje y las prácticas pedagógicas inclusivas en la Educación Básica. El objetivo era analizar, basándose en datos cuantitativos, las percepciones de 250 profesores de Educación Básica en Porto Seguro-BA sobre las contribuciones del conocimiento neurocientífico a la comprensión del aprendizaje y al desarrollo de prácticas inclusivas. Metodológicamente, el estudio se caracteriza como descriptivo, no experimental, transversal y de campo, con un enfoque cuantitativo en este corte, basado en las respuestas a preguntas cerradas de un cuestionario aplicado a los profesores. Los resultados mostraron que la mayoría de los participantes reconocen la contribución de la Neurociencia para comprender procesos como la atención, la memoria, la emoción y la motivación, aunque también se observan carencias en la formación, dificultades en la aplicación práctica y debilidades en el apoyo institucional. Los datos indican que la aproximación entre Neurociencia y Educación Inclusiva tiene el potencial de calificar la planificación pedagógica, siempre que vaya acompañada de formación continua, recursos accesibles, mediación docente y articulación entre docentes, Servicios Educativos Especializados y gestión escolar. Se concluye que los porcentajes analizados apuntan a una percepción favorable de los profesores en relación con la neurociencia, pero revelan que su incorporación sistemática en prácticas inclusivas aún depende de condiciones pedagógicas e institucionales más coherentes.

Palabras clave: Neurociencia. Aprendiendo. Educación inclusiva. Prácticas pedagógicas. Formación de profesores.

Neuroscience, Learning and School Inclusion: Perceptions of Basic Education Teachers in Porto Seguro – BA

Abstract: This article presents a quantitative excerpt of research developed within the scope of the Doctorate in Educational Sciences, whose object involves the relationship between Neuroscience, learning and inclusive pedagogical practices in Basic Education. The objective was to analyze, based on quantitative data, the perceptions of 250 teachers of Basic Education in Porto Seguro-BA about the contributions of neuroscientific knowledge to the understanding of learning and to the development of inclusive practices. Methodologically, the study is characterized as descriptive, non-experimental, cross-sectional and field, with a quantitative approach in this cut, based on the answers to closed questions of a questionnaire applied to teachers. The results showed that most participants recognize the contribution of Neuroscience to understand processes such as attention, memory, emotion and motivation, although the presence of training gaps, difficulties in practical application and weaknesses in institutional support is also observed. The data indicate that the approximation between Neuroscience and Inclusive Education has the potential to qualify pedagogical planning, as long as it is accompanied by continuing education, accessible resources, teacher mediation and articulation between teachers, Specialized Educational Service and school management. It is concluded that the percentages analyzed point to a favorable perception of teachers in relation to Neuroscience, but reveal that its systematic incorporation into inclusive practices still depends on more consistent pedagogical and institutional conditions.

Keywords: Neuroscience. Learning. Inclusive Education. Pedagogical Practices. Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A relação entre Neurociência, aprendizagem e Educação Básica vem ocupando espaço crescente nos debates educacionais, especialmente quando associada às demandas da Educação Inclusiva e à necessidade de reconhecer diferentes ritmos, percursos e formas de participação dos estudantes. A escola contemporânea é atravessada por trajetórias heterogêneas, por desafios relacionados à atenção, à memória, à emoção, à motivação e ao desenvolvimento cognitivo, bem como por exigências pedagógicas voltadas à acessibilidade curricular e à diversificação das práticas docentes.

Nesse contexto, o conhecimento neurocientífico pode contribuir para ampliar a leitura pedagógica sobre a aprendizagem, desde que seja apropriado de maneira crítica e articulado aos saberes da Educação. A Neurociência, isoladamente, não oferece receitas para o ensino, mas pode favorecer a compreensão de processos que interferem na participação dos estudantes, na consolidação de conhecimentos e na organização de ambientes mais responsivos à diversidade. Dessa forma, sua contribuição depende da mediação docente, da formação continuada e das condições concretas de trabalho nas escolas.

Este artigo deriva de uma pesquisa mais ampla sobre Neurociência, aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas em Porto Seguro-BA. O recorte aqui apresentado focaliza exclusivamente os dados quantitativos da investigação, oriundos das perguntas fechadas do questionário aplicado a 250 professores da Educação Básica. A separação entre os dados quantitativos e qualitativos permite examinar, com maior precisão, as tendências percentuais identificadas no grupo participante, sem diluir a análise numérica nas respostas discursivas.

O problema que orienta este artigo pode ser assim formulado: como os dados quantitativos revelam tendências nas percepções de professores da Educação Básica sobre Neurociência, aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas? A partir dessa questão, o objetivo geral consiste em analisar, com base em dados quantitativos, as percepções de 250 professores da Educação Básica de Porto Seguro-BA sobre a relação entre Neurociência, aprendizagem

e práticas inclusivas. Para isso, são discutidos o perfil dos participantes, o contato com estudos sobre Neurociência, a compreensão do tema no contexto escolar, as relações entre processos neurocognitivos e prática docente, bem como os desafios institucionais e formativos para a inclusão escolar.

A relevância do estudo está na possibilidade de sistematizar indicadores que expressem como professores compreendem e mobilizam, em diferentes graus, conhecimentos relacionados à Neurociência e à inclusão. Ao privilegiar os percentuais, o artigo oferece um panorama objetivo das tendências encontradas, contribuindo para o planejamento de formações continuadas, para a revisão de políticas escolares e para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais acessíveis e intencionais.

NEUROCIÊNCIA, APRENDIZAGEM E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A aproximação entre Neurociência e Educação requer prudência conceitual, pois a aprendizagem escolar não pode ser reduzida a uma explicação biológica. O aprender envolve processos neurocognitivos, mas também se constitui nas relações sociais, nas experiências culturais, na linguagem, nos vínculos afetivos e na mediação pedagógica. Nesse sentido, a contribuição da Neurociência torna-se mais pertinente quando dialoga com a didática, com o currículo e com a organização inclusiva da escola.

Costa (2023) compreende que a aprendizagem resulta de múltiplas dimensões articuladas e que o conhecimento sobre o funcionamento cerebral pode favorecer leituras mais qualificadas sobre os modos de aprender. A atenção, a memória, a emoção e a motivação não operam de maneira isolada, pois influenciam a forma como o estudante percebe, organiza e responde às propostas escolares. Assim, o professor, ao compreender esses processos, pode planejar intervenções mais coerentes com as necessidades observadas na sala de aula.

Chaves (2023) contribui para essa discussão ao relacionar neuroplasticidade, memória e aprendizagem, mostrando que experiências significativas, recorrentes e emocionalmente marcadas podem favorecer

reorganizações cognitivas. Essa compreensão é importante para a Educação Inclusiva, pois desloca interpretações fixas sobre dificuldades de aprendizagem e reforça a necessidade de intervenções pedagógicas planejadas, acompanhamento processual e oportunidades diversificadas de participação.

Migliori (2013) também sustenta que o diálogo entre Neurociência e Educação pode ampliar a compreensão do aprender, desde que o professor não abandone sua reflexão pedagógica. A sala de aula é um ambiente de estímulos, relações e experiências, no qual a repetição significativa, a contextualização, a clareza dos comandos e a participação ativa favorecem aprendizagens mais duradouras. Portanto, a Neurociência contribui quando auxilia o docente a fazer perguntas mais precisas sobre as condições de aprendizagem, e não quando substitui a complexidade educativa por explicações simplificadas.

No campo da Educação Inclusiva, Mittler (2003) defende que a inclusão exige reorganização dos contextos escolares e não apenas inserção formal dos estudantes nas classes comuns. A Lei Brasileira de Inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as diretrizes municipais de Porto Seguro reforçam que o direito à educação envolve participação, permanência, acessibilidade e aprendizagem. Desse modo, as práticas inclusivas precisam considerar recursos, tempos, linguagens, avaliação e mediação pedagógica.

A formação docente ocupa lugar central nessa articulação. Santos (2025) destaca que os desafios contemporâneos da Educação Inclusiva exigem apropriação crítica dos conhecimentos neurocientíficos, articulada às situações reais da escola. A simples circulação de termos como neuroplasticidade, emoção, memória ou funções cognitivas não garante transformação pedagógica. Para que esses conceitos contribuam para o ensino, é necessário que sejam vinculados ao planejamento, à avaliação formativa, ao atendimento à diversidade e ao trabalho colaborativo entre professores, coordenação, gestão e Atendimento Educacional Especializado.

PERCURSO METODOLÓGICO

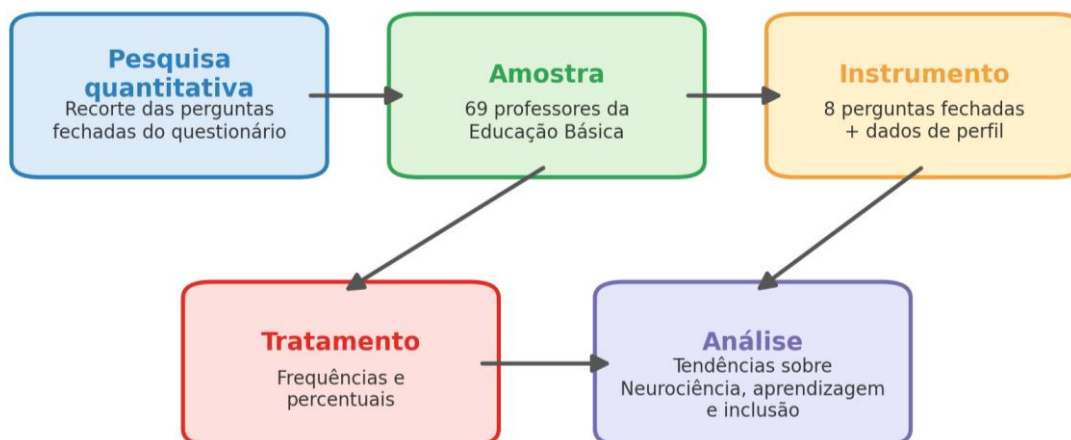
O artigo apresenta um recorte quantitativo de pesquisa qualiquantitativa, descritiva, não experimental, transversal e de campo. A escolha pelo recorte quantitativo justifica-se pela necessidade de analisar as tendências percentuais produzidas pelas perguntas fechadas do questionário, preservando para outro estudo a análise das respostas abertas e dos relatos docentes. Nesse sentido, o foco deste texto recai sobre os dados objetivos que indicam aproximações, compreensões, práticas, desafios e demandas formativas relacionadas à Neurociência e à Educação Inclusiva.

A pesquisa é descritiva porque busca caracterizar percepções docentes sem manipular variáveis ou produzir intervenção controlada. Também é não experimental, uma vez que não houve organização de grupos de controle, aplicação de programa formativo ou comparação entre situações provocadas pela pesquisadora. Os dados foram analisados tal como foram produzidos pelos participantes no momento da coleta. O caráter transversal decorre do fato de a investigação examinar as percepções em um recorte temporal específico, sem acompanhamento longitudinal dos docentes.

A amostra efetiva foi composta por 250 professores da Educação Básica vinculados ao contexto educacional investigado em Porto Seguro-BA. O instrumento utilizado foi um questionário estruturado em dados iniciais de caracterização dos participantes, oito perguntas fechadas e quatro perguntas abertas. Para o presente artigo, foram consideradas apenas as perguntas fechadas, por serem aquelas que permitiram organização de frequências, percentuais e tendências quantitativas.

As questões fechadas contemplaram contato prévio dos professores com estudos sobre Neurociência, compreensão da Neurociência no contexto escolar, planejamento das aulas, relação entre emoção e aprendizagem, práticas pedagógicas inclusivas, desafios para a inclusão, apoio institucional e necessidades de formação continuada. Os dados foram organizados em percentuais e interpretados à luz do referencial teórico, respeitando a natureza descritiva do estudo e o objetivo de identificar tendências no grupo participante.

Figura 1 – Percurso metodológico do artigo quantitativo



Fonte: Elaboração própria (2026).

RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS

A caracterização dos participantes permitiu situar o grupo respondente e compreender as condições formativas e profissionais a partir das quais foram produzidas as percepções analisadas. Quanto à formação acadêmica, verificou-se predominância de professores com pós-graduação lato sensu, correspondente a 47,8% dos participantes. Na sequência, 24,6% informaram possuir graduação, 23,2% mestrado e 4,3% doutorado. Esse dado indica um grupo com expressiva busca por formação complementar, embora a titulação posterior à graduação não assegure, por si só, apropriação específica de conhecimentos sobre Neurociência aplicada à aprendizagem.

Em relação à etapa ou modalidade de atuação, a maior concentração ocorreu no Ensino Fundamental I, com 31,9%, seguido da Educação Infantil, com 24,6%, e do Atendimento Educacional Especializado, com 21,7%. Também apareceram professores do Ensino Fundamental II, com 11,6%, outros contextos de atuação, com 8,7%, e EJA no Ensino Fundamental I, com 1,4%. A presença de profissionais da Educação Infantil, do Ensino Fundamental I e do AEE é significativa porque essas frentes estão diretamente atravessadas por demandas

relativas ao desenvolvimento cognitivo, à alfabetização, à socialização, à atenção, à memória, às emoções e ao atendimento à diversidade.

No que se refere ao tempo de atuação docente, 43,5% dos professores indicaram possuir mais de 21 anos de experiência, enquanto 23,2% atuam entre 11 e 20 anos. Já 18,8% possuem entre 1 e 5 anos de docência, e 14,5% entre 6 e 10 anos. Esses percentuais revelam predominância de docentes com trajetória profissional consolidada, o que confere relevância às percepções analisadas, pois os participantes acumulam experiências com diferentes perfis de estudantes e transformações nas políticas educacionais.

Quanto à rede de ensino, 92,8% dos participantes atuam na rede municipal, confirmando a aderência do grupo ao lócus da pesquisa. Os demais percentuais distribuíram-se entre rede estadual, rede particular, outros vínculos e participantes que informaram não estar atuando no momento. Esse dado reforça que as tendências analisadas expressam, majoritariamente, percepções de professores inseridos na rede municipal de ensino de Porto Seguro-BA.

Quadro 1 – Síntese quantitativa do perfil docente

Dimensão	Resultado mais expressivo	Percentual
Formação acadêmica	Pós-graduação lato sensu	47,8%
Etapas/modalidade	Ensino Fundamental I	31,9%
Tempo de atuação	Mais de 21 anos	43,5%
Rede de ensino	Rede municipal	92,8%

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nos dados da pesquisa de campo.

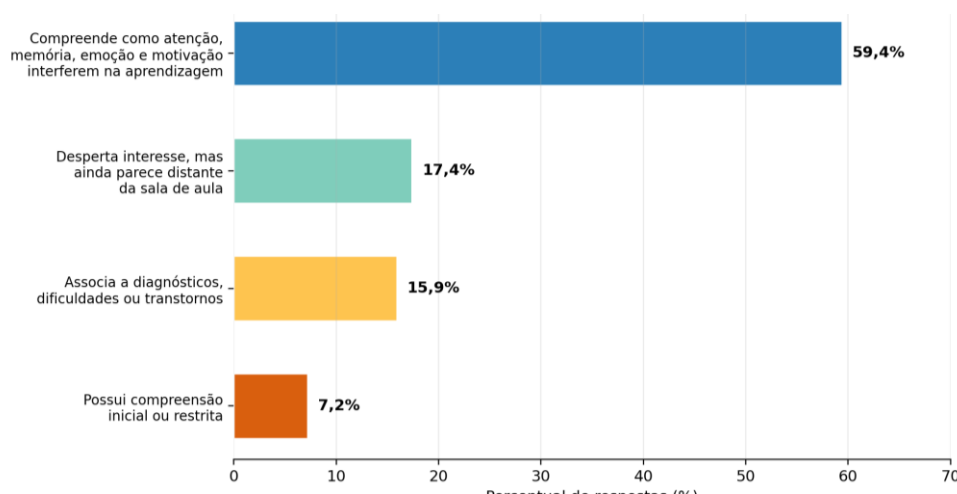
Os dados sobre contato prévio com estudos relacionados à Neurociência indicaram uma aproximação significativa, porém desigual, dos docentes com o tema. O maior percentual, 36,2%, correspondeu a professores que tiveram contato inicial por meio de palestras, leituras breves ou discussões pedagógicas. Em seguida, 34,8% informaram ter participado de cursos, formações ou estudos específicos. Outros 23,2% apontaram contato mais restrito ou pouco aprofundado, enquanto 5,8% indicaram ausência de aproximação mais

consistente. Esses percentuais sugerem que o tema circula entre os professores, mas nem sempre de forma sistemática ou suficientemente articulada à prática pedagógica.

A compreensão da Neurociência no contexto escolar apresentou resultado expressivo: 59,4% dos participantes indicaram que os conhecimentos neurocientíficos ajudam a compreender como atenção, memória, emoção e motivação interferem na aprendizagem dos estudantes. Esse percentual sustenta a afirmação de que a maioria dos professores reconhece a relevância do tema para interpretar processos diretamente vinculados ao aprender. Em menor proporção, 17,4% afirmaram que muitos princípios despertam interesse, embora ainda pareçam distantes das condições reais da sala de aula; 15,9% associaram a Neurociência a dificuldades, diagnósticos ou transtornos; e 7,2% demonstraram compreensão inicial ou restrita.

Esse resultado é um dos mais representativos da pesquisa, pois dialoga diretamente com o objetivo de analisar as percepções docentes sobre as contribuições dos conhecimentos neurocientíficos. A tendência majoritária confirma que a Neurociência é percebida como campo de apoio à compreensão da aprendizagem. Entretanto, os percentuais menores indicam que ainda há professores que a associam a uma dimensão mais clínica ou distante da ação pedagógica, o que revela a necessidade de formações capazes de traduzir conceitos neurocientíficos para o cotidiano escolar sem reducionismos.

Gráfico 1 – Compreensão da Neurociência no contexto escolar



Fonte: Elaboração própria (2026), com base nos dados da pesquisa de campo.

A análise das perguntas fechadas também evidenciou como os professores relacionam processos neurocognitivos à prática pedagógica. Em relação ao planejamento das aulas, 47,8% dos participantes indicaram considerar diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem na organização das propostas. Outros 21,7% afirmaram realizar esse movimento de maneira parcial ou ocasional, enquanto 26,1% revelaram dificuldades ou limitações para transformar tais conhecimentos em planejamento sistemático. O percentual de 4,3% correspondeu a respostas que apontaram menor articulação entre planejamento e diversidade de aprendizagem.

A relação entre emoção e aprendizagem também apareceu com destaque. Os percentuais indicaram que 34,8% dos docentes reconhecem que as emoções interferem diretamente na aprendizagem e precisam ser consideradas no cotidiano escolar; 33,3% demonstraram compreensão próxima, associando emoção, motivação e participação; 20,3% indicaram reconhecimento parcial; e 11,6% apresentaram compreensão mais limitada. Esses dados confirmam que a dimensão emocional é percebida como componente relevante do aprender, embora ainda exista necessidade de maior aprofundamento sobre como o professor pode transformar tal compreensão em estratégias pedagógicas.

Quanto às práticas pedagógicas inclusivas declaradas, 40,6% dos professores afirmaram utilizar estratégias diversificadas para atender às necessidades dos estudantes. Outros 27,5% apontaram práticas adaptadas ou flexibilizadas, enquanto 15,9% indicaram uso parcial dessas estratégias e 15,9% revelaram dificuldades para consolidá-las. A distribuição demonstra que há esforços docentes voltados ao atendimento da diversidade, mas também evidencia que a inclusão ainda enfrenta limites relacionados ao planejamento, aos recursos, à formação e ao apoio institucional.

A leitura conjunta desses dados permite afirmar que os docentes reconhecem a importância da Neurociência para interpretar a aprendizagem, mas sua incorporação às práticas inclusivas ocorre em diferentes graus. Parte expressiva do grupo já relaciona ritmos de aprendizagem, emoção, atenção e mediação pedagógica; outra parte, entretanto, demonstra dificuldade em transformar essa compreensão em ação sistemática. Assim, o conhecimento

neurocientífico aparece como possibilidade de qualificação da prática, desde que acompanhado por condições institucionais e formação continuada.

4.4 Desafios, apoio institucional e formação continuada

Os desafios para desenvolver práticas inclusivas constituíram um dos pontos mais relevantes do recorte quantitativo. O maior percentual, 47,8%, indicou dificuldades relacionadas à formação, aos recursos, ao planejamento ou ao apoio institucional. Outros 30,4% apontaram desafios vinculados à diversidade das necessidades dos estudantes e à complexidade do cotidiano escolar. Em seguida, 14,5% destacaram dificuldades específicas de organização pedagógica, enquanto 7,2% indicaram obstáculos menores ou menos frequentes. Esses dados confirmam que a inclusão não depende apenas da disposição individual do professor, pois requer estrutura, orientação e trabalho coletivo.

No que se refere ao apoio institucional, os percentuais revelaram uma percepção intermediária dos participantes. O maior grupo, 37,7%, indicou que a escola oferece algum apoio, mas ainda insuficiente para responder às demandas inclusivas. Outros 24,6% apontaram fragilidades mais evidentes no suporte institucional, 21,7% reconheceram apoio mais consistente e 15,9% indicaram acompanhamento mais sistemático. A distribuição sugere que o apoio existe em parte das escolas, mas não se apresenta de forma homogênea ou plenamente suficiente para garantir práticas inclusivas articuladas.

As necessidades de formação continuada reforçaram essa interpretação. Os dados indicaram que 33,3% dos professores demandam formações mais práticas e voltadas à aplicação em sala de aula; 24,6% apontaram necessidade de aprofundamento sobre inclusão, adaptações e diferentes ritmos de aprendizagem; 23,2% destacaram a importância de formação específica em Neurociência e aprendizagem; e 18,8% indicaram outras demandas formativas relacionadas ao contexto escolar. A formação aparece, portanto, como eixo decisivo para aproximar conhecimento neurocientífico e prática inclusiva.

Os resultados quantitativos revelam que a incorporação da Neurociência ao cotidiano escolar depende de processos formativos que ultrapassem exposições teóricas genéricas. A demanda docente aponta para oficinas, estudos de caso, planejamento colaborativo, recursos pedagógicos acessíveis e

acompanhamento das práticas. Nesse sentido, a formação continuada precisa articular os fundamentos da Neurociência aos desafios reais da sala de aula, evitando tanto a biologização da aprendizagem quanto a separação entre teoria e intervenção pedagógica.

Quadro 2 – Principais tendências quantitativas identificadas

Eixo analisado	Tendência observada	Percentual de destaque
Compreensão da Neurociência	Reconhecimento da interferência de atenção, memória, emoção e motivação na aprendizagem	59,4%
Planejamento pedagógico	Consideração de ritmos e necessidades de aprendizagem no planejamento	47,8%
Práticas inclusivas	Uso de estratégias diversificadas para atender às necessidades dos estudantes	40,6%
Desafios inclusivos	Indicação de dificuldades formativas, pedagógicas ou institucionais	47,8%
Apoio institucional	Existência de apoio parcial ou insuficiente	37,7%
Formação continuada	Demanda por formações práticas e aplicáveis ao cotidiano escolar	33,3%

Fonte: Elaboração própria (2026), com base nos dados da pesquisa de campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou, com base em dados quantitativos, as percepções de 250 professores da Educação Básica de Porto Seguro-BA sobre a relação entre Neurociência, aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas. Ao focalizar as perguntas fechadas do questionário, foi possível identificar tendências objetivas relacionadas ao perfil docente, ao contato com estudos

neurocientíficos, à compreensão do tema no contexto escolar, ao planejamento pedagógico, às práticas inclusivas, aos desafios, ao apoio institucional e às necessidades de formação continuada.

Os resultados demonstraram que a maioria dos docentes reconhece a relevância da Neurociência para compreender os processos de aprendizagem, especialmente quando associados à atenção, à memória, à emoção e à motivação. O percentual de 59,4% no item relativo à compreensão da Neurociência no contexto escolar constitui um dos indicadores mais importantes do estudo, pois revela uma tendência favorável à incorporação do tema no debate pedagógico. No entanto, os demais percentuais indicam que ainda existem compreensões parciais, associações restritas a diagnósticos e dificuldades para aproximar os conceitos neurocientíficos das condições reais da sala de aula.

Também se verificou que os professores já mobilizam estratégias diversificadas e reconhecem a importância do planejamento voltado aos diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem. Entretanto, os dados sobre desafios, apoio institucional e formação continuada mostram que a inclusão escolar não depende apenas da iniciativa individual docente. Ela exige condições materiais, suporte pedagógico, planejamento colaborativo, articulação com o Atendimento Educacional Especializado e políticas formativas mais consistentes.

Conclui-se que a Neurociência pode contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas quando articulada aos saberes docentes, ao currículo, à avaliação, ao planejamento e às condições concretas da escola. Os percentuais analisados revelam reconhecimento do tema entre os professores, mas também indicam que sua aplicação sistemática ainda demanda formação continuada prática, apoio institucional e mediação pedagógica crítica. Dessa forma, o artigo evidencia que a aproximação entre Neurociência e Educação Inclusiva deve ser compreendida como processo formativo e institucional, e não como aplicação automática de conceitos científicos ao ensino.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. Neuropsicologia hoje. São Paulo: Atheneu, 2005.

ANTUNES, H. S.; RECH, A. J. D.; ÁVILA, C. C. Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 171-198, 2016.

ARAÚJO, K. H.; NETO, J. M. de L. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: limites e possibilidades da formação e atuação docente no campo da educação inclusiva. *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v. 6, n. 11, p. 69-84, 2017.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. A. (org.). *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BOSA, C. A.; HOHLER, A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. A. (org.). *Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Thematic analysis: a practical guide*. London: SAGE Publications, 2022.

CAMARGO, E. A. A.; MONTEIRO, M. I. B.; FREITAS, A. P. Trabalho docente no contexto da inclusão: formação continuada com enfoque colaborativo. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 45-57, 2016.

CENCI, A.; BÔAS, D. V.; DAMIANI, M. F. Análise de aprendizagem expansiva em intervenção formativa: a inclusão de alunos com deficiência nas séries finais do ensino fundamental em foco. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v. 38, n. 1, p. 118-134, 2020.

CHAVES, J. M. Neuroplasticidade, memória e aprendizagem: uma relação atemporal. *Revista Psicopedagogia*, v. 40, n. 121, 2023.

CLARK, T.; FOSTER, L.; SLOAN, L.; BRYMAN, A. *Bryman's social research methods*. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2021.

COSTA, R. L. S. Neurociência e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, e280010, 2023.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 6. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2023.

CUNHA, E. *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2013.

ENACHESCU, A. Neurodiversity and inclusive education: theoretical advances and pedagogical implications. *International Journal of Inclusive Education*, v. 29, n. 3, p. 345-361, 2025.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Formação continuada do professor de Educação Física com foco na inclusão escolar. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 59-73, 2016.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Formação continuada para professores de Educação Física: a tecnologia assistiva favorecendo a inclusão escolar. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 334-355, 2017.

FLICK, U. An introduction to qualitative research. 7. ed. London: SAGE Publications, 2022.

FREITAS, A. P.; MONTEIRO, M. I. B. 'Olhar' e pensar o ensino para alunos com deficiência: os saberes produzidos em contexto colaborativo. Revista Lusófona de Educação, n. 34, p. 143-159, 2016.

GOLDSTEIN, A. O autismo sob o olhar da terapia ocupacional. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2012.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B. A neurociência e a educação a distância: um diálogo necessário. Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 9, n. 19, p. 87-102, 2016.

JENSON, R. et al. Universal Design for Learning and neurodiversity: inclusive pedagogical pathways. Teaching and Teacher Education, v. 124, 103984, 2023.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MARTINS, L. M.; TONINI, A. M.; GROSSI, M. G. Neuroeducação e inclusão escolar: limites e possibilidades da interface entre cérebro e aprendizagem. Educação & Sociedade, v. 46, e025031, 2025.

MATOS, D. A. S. et al. Rigor metodológico em pesquisas qualitativas na educação: critérios e procedimentos. Revista Brasileira de Educação, v. 28, e280043, 2023.

MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELLO, A. M. S. R. Autismo: guia prático. 9. ed. São Paulo: AMA, 2024.

MIGLIORI, R. Neurociências e educação: como o cérebro aprende. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ORRÚ, S. E. Aprendizes com autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2011.

ORRÚ, S. E. Autismo, linguagem e educação. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

OTALARA, A. P.; DALL'ACQUA, M. J. C. Formação de professores para alunos público-alvo da educação especial: algumas considerações sobre limites e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, esp. 2, p. 1048-1058, 2016.

PAGNEZ, K. S. M. M. A formação de professores para atuar na inclusão escolar. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, s1, p. 70-74, 2016.

PASARÍN-LAVÍN, C. et al. Neurodivergent cognition, creativity and inclusive education. Frontiers in Psychology, v. 15, 1289345, 2024.

POKER, R. B.; FERNANDES, J. J.; COLANTONIO, S. Formação do professor e educação inclusiva: análise dos conteúdos dos cursos de pedagogia da UNESP. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, s1, p. 524-529, 2016.

PORTO SEGURO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico. Documento Curricular Referencial Municipal: volume 3: Educação Especial e Inclusiva. Porto Seguro: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Patrimônio Histórico, 2022.

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. A formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. Revista Educação Especial, v. 30, n. 57, p. 129-143, 2017.

PREDIGER, J.; CARVALHO, D.; CARDOSO, R. Mediação pedagógica e inclusão de estudantes com TEA: uma abordagem neuropsicopedagógica. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 31, e0156, 2025.

ROCHA, M. L. Neuropsicopedagogia e educação inclusiva: fundamentos teóricos, limites e possibilidades na escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Neuropsicopedagogia, v. 9, n. 2, p. 45-63, 2025.

- SALES, R. M. Neuroaprendizagem e alfabetização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Educação Especial*, v. 38, e47, 2025.
- SANTOS, A. P. Formação docente, neurociência e educação inclusiva: desafios contemporâneos. *Revista Educação em Questão*, v. 63, n. 56, p. 1-20, 2025.
- SCHARTZMAN, J. S. Autismo infantil. São Paulo: Memnon, 2003.
- SCHLUNZEN, E. T. M.; SCHLUNZEN JUNIOR, K.; SANTOS, D. A. do N. Ambientes potencializadores para a inclusão. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, s1, p. 140-144, 2016.
- SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SIMÕES, M. C. D. Formação para a educação de pessoas com deficiência. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, s1, p. 534-538, 2016.
- SMART LEARNING ENVIRONMENTS. Gameful and gamified learning approaches for neurodivergent students: implications for inclusive education. *Smart Learning Environments*, v. 11, n. 1, e28, 2024.
- SOUZA, S. B. Currículo, profissionalização e inclusão. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, s1, p. 336-340, 2016.
- SURIAN, L. Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde. São Paulo: Paulinas, 2010.
- TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VIDELA, C. et al. Embodied cognition, neurodiversity and inclusive education. *Educational Psychology Review*, v. 37, n. 1, p. 1-24, 2025.
- VIEIRA, A. B.; RAMOS, I. de O.; SIMÕES, R. D. Narrativas de professores e pedagogos sobre a deficiência: implicações no acesso ao currículo escolar. *Revista Educação Especial*, v. 32, p. 1-16, 2019.